

Direito ao acesso e à construção do conhecimento: o AfroAtitude e a experiência de pesquisa numa comunidade quilombola alagoana

Ana Maria Queijeiro López*

Face à ineficiência das leis anti-discriminatórias até então existentes no Brasil, têm sido implantadas estratégias de combate ao racismo e inclusão dos negros e indígenas em todos os setores da sociedade, especialmente através do acesso pleno ao ensino superior. Tais ações afirmativas, adotadas desde 2005 por dez Universidades públicas que aderiram ao Programa BRASIL AFROATITUDE, visam não apenas apoiar financeiramente estudantes negros provenientes do ensino médio público, conscientizando-os sobre aspectos da vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da discriminação em geral, mas levá-los a absorver e criar conhecimento, trocando idéias e praticando a prestação de serviços à sociedade. Nesse contexto, três alunos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), apoiados pelo Programa BRASIL AFROATITUDE, desenvolveram um diagnóstico sócio-econômico e de saneamento básico da comunidade quilombola de Santa Luzia do Norte (SLN), em Alagoas, no período de junho/2005 a junho/2006. O objetivo, além de providenciar seu

contato com a realidade quilombola e a própria história afrodescendente, foi de treiná-los em técnicas de laboratório de análises e tratamento de águas, favorecendo sua permanência na Universidade e tornando precoce seu caminho na iniciação científica, difundindo e gerando conhecimento útil para a comunidade alvo de estudo.

Igualdade de oportunidades, Afroatitude e a Extensão em um quilombo alagoano

O conceito de democracia implica na vontade livremente expressa de um povo em determinar seus próprios sistemas político-econômicos, sócio-culturais e em sua total participação em todos os aspectos de sua vida. Portanto, o respeito e proteção dos direitos humanos é revelador da situação democrática e de desenvolvimento de uma sociedade.

Tomando-se o ensino superior como microcosmo experimental para avaliação do respeito aos direitos à educação no Brasil, por exemplo, evidencia-se que o perfil da maioria dos estudantes remete a progenitores predominantemente com o mesmo tipo de escolarização, o que interfere exponencialmente no sucesso acadêmico e profissional desses estudantes. Por outro lado, a imensa maioria dos alunos negros que ingressaram nos quatro últimos anos nas Universidades com sistema de cotas e oriunda da escola pública representa a primeira geração de suas famílias a freqüentar os corredores da academia, sendo estas também menos economicamente favorecidas (SANTOS, 2006).

Segundo dados coletados através do questionário socioeconômico-cultural aplicado em 2003 a 424 mil estudantes de graduação de todo o país, pela Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (DEAES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), não apenas os brancos estão mais presentes nas Universidades (72,9%) do que se fazem representar na sociedade brasileira em geral (56,5%), como também ocupam um grande percentual das vagas dos dez cursos com maior interesse de mercado, isto é, Arquitetura (84,5%), Odontologia, (81,1%), Medicina Veterinária (80,9%), Engenharia Mecânica (80,6%), Farmácia (79,9%), Direito (79,4%), Jornalismo (78,4%), Administração (78,4%), Psicologia (78,1%) e Medicina (77,7%). Os cursos com os menores percentuais de estudantes brancos são: História (54,9%), Geografia (56%), Letras (61,8%), Matemática (62%), Física (64,0%), Pedagogia (65,0%), Enfermagem (67,2%), Biologia (69,1%), Química (71%) e Ciências Contábeis (72%). Percebe-se que entre os dez cursos com maior percentual de estudantes brancos, a representação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) varia de 25,7% a 32,5% acima da média de brancos na sociedade. Entre os cursos com a maior representação percentual de brancos, a presença dos negros é a seguinte: Arquitetura (1%), Odontologia (0,8%), Medicina Veterinária (1,1%), Engenharia Mecânica (2,3%), Farmácia (1,2%), Medicina (1%), Jornalismo (3,2%), Psicologia (2,2%), Direito (2,4%) e Administração (2,2%). A diferença corresponde às demais etnias, especialmente de amarelos (0,7%) e indígenas (0,1%). A representação percentual de estudantes

negros, segundo o IBGE, é de 5,9%, contrastando com a representatividade de 42,7% da população negra na sociedade em geral (RISTOFF, 2006).

Em 02 de junho de 2004, o Projeto de Lei (PL) 73/99, de autoria da deputada Nice Lobão (PFL-MA), foi apensado aos PLs 615/03 e 3627/04, de autoria do Poder Executivo, os quais estabelecem que as IFES devem reservar 50% de suas vagas a estudantes de escola pública, respeitando nas suas matrículas a proporção de negros e indígenas existentes na região atendida pela instituição. Em 08 de fevereiro de 2006 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o parecer da Relatora, Dep. Iara Bernardi (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL 73/99 e do substitutivo da Comissão de Educação e Cultura (CEC), com subemendas das Emendas de nºs 01 a 10 da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) ao PL 3627/04, bem como do PL 615/03 e do PL 1313/03, apensados. No entanto, em 14 de fevereiro de 2006, o Dep. Alberto Goldman (PSDB-SP) e outros, apresentaram recurso (265/06) contra a apreciação conclusiva do PL 73/99, alegando que eram necessários mais debates, levando a deputada Neyde Aparecida a requerer à CEC (REQ 242/06), em 04 de abril de 2006, a realização de Seminário conjunto com a CDHM, para discutir novamente a proposta de cotas no ensino superior (CDF, 2007).

Assim, em 25 de abril de 2006 a CDHM e a CEC organizaram seminário para colocar frente a frente defensores e opositores da proposta. O evento foi aberto pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e pela ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Ao final do evento, o deputado Alberto Goldman manteve sua avaliação de que a casa precisaria de mais tempo para “entender” a proposta, usando como justificativa o fato de apenas 12 parlamentares terem passado pela audiência, sendo esta posição contestada por deputados partidários do projeto de cotas, alegando que a mesma visa efeito postergatório. Havia um acordo para que, logo após a realização da audiência, um requerimento de urgência para que o PL 73/99 entrasse o mais rápido possível na pauta do plenário fosse analisado. A idéia era aprovar a proposta em si logo após a votação das diversas medidas provisórias que trancam a pauta. Mas o requerimento ainda não foi votado em plenário. A preocupação das entidades é que o projeto seja votado logo e sem alterações, respeitando o acordo feito entre movimentos, reitores de universidades e o MEC. O prazo para a implantação das cotas foi estendido para seis anos, com percentual mínimo de 12,5% já em 2007, e o MEC se comprometeu a aportar os recursos necessários para garantir sua implantação e viabilizar a assistência para os estudantes (VALENTE, 2006).

Atualmente, esse PL aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados e dos Senadores, sendo o debate polarizado entre as diferentes formas de pensar ou de não-pensar a educação superior, isto é, de um lado os que vêem na universidade um gerador de democracia real, de idéias, de tecnologia e de direitos ao saber, à saúde, às oportunidades de trabalho e ao diálogo entre as culturas e povos, e, de outro lado, aqueles que se recusam a reavaliar as bases teóricas com que construíram idéias sobre

os demais seres humanos e o Mundo, e que não querem gastar energia e tempo se dedicando de fato a tentar resolver o maior problema com o qual irão deparar-se, segundo suas alegações, isto é, a queda na qualidade da educação superior em virtude do baixo nível da escola pública (SILVA, 2003).

Portanto, mesmo em estados do território nacional onde a colonização e desenvolvimento econômico estão diretamente relacionados a um momento vergonhoso de nossa história, isto é, onde a miscigenação proveniente do tráfico de negros escravizados foi maior, somente após 5 séculos é que tais famílias conseguiram ter um representante sendo formado para disputar oportunidades e compartilhar da construção do conhecimento e idéias nas Universidades - até então, eminentemente brancas na cor e no padrão de poder aquisitivo da maioria de seus freqüentadores. Tais estudantes do sistema de cotas raciais não possuem como referência de sucesso educacional seus pais, mas, sem dúvida, herdou deles os genes necessários para buscarem a sobrevivência e a garantia de uma vida melhor, enfrentando os desafios universitários com perseverança para recuperar eventuais deficiências de conhecimento, inerentes de conteúdos pouco explorados no ensino público fundamental.

Dessa forma, o Programa integrado de ações afirmativas para negros, BRASIL AFROATITUDE, foi oficialmente lançado em dezembro de 2004, no Dia Mundial de Luta contra a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), com o aval de quatro ministérios e reitores de Universidades Federais, após 3 anos de discussões surgidas nas reuniões de diferentes segmentos do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), especialmente entre os representantes do Programa Nacional de DST e Aids, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), e da Secretaria de Ensino Superior do (SESU) do MEC. A política governamental do Programa BRASIL AFROATITUDE propõe estratégias para reduzir as desigualdades raciais e minimizar a vulnerabilidade às DST/AIDS, por isso, o Programa Nacional DST e Aids, com apoio da UNESCO, assumiu o compromisso de conceder a bolsa de iniciação científica/extensão aos estudantes negros cotistas selecionados pelo BRASIL AFROATITUDE em cada uma das 10 universidades públicas que submeteram suas solicitações de adesão (6 estaduais e 4 federais), condicionadas à temática "Aids e Racismo" (BRUCK, 2006).

Assim, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sediada no estado onde viveu o maior líder quilombola da história brasileira, Zumbi dos Palmares, submeteu uma proposta de 50 bolsas, através do coordenador do projeto UNIVERSIDAIDS, o Prof. Jorge Luis de Souza Riscado, tendo esta sido aprovada. Em seguida, abriu edital para sub-projetos de extensão sobre a temática do Programa, visando a seleção de orientadores das mais diversas áreas para contemplar com tais bolsas os 50 mais carentes recém-ingressantes pelo sistema de cotas.

O presente trabalho reflete justamente os resultados de um dos projetos que concorreu a tal edital interno da UFAL, intitulado "Comunidades quilombolas da Serra da Barriga e Santa Luzia do Norte (AL): diagnóstico de condições sanitárias e emprego de estratégias biotecnológicas", o qual foi agraciado inicialmente com 6 estudantes cotistas

dos cursos de Licenciatura em Química e Ciências Biológicas, e de Engenharias de Agrimensura, Civil e Química.

Cumprе ressaltar que, além de participarem de oficinas quinzenais, debatendo questões como a prevenção e a transmissão de agentes causadores de DST/AIDS, o racismo, a negritude, a religiosidade e a história africana no Brasil, juntamente com os demais estudantes selecionados pelo programa AFROATITUDE dentro da UFAL, os alunos que iniciaram o sub-projeto acima mencionado passaram por um treinamento de sete meses em dois laboratórios de pesquisa - o de Saneamento Ambiental (LSA), no Centro de Engenharia e Tecnologia (CETEC) e o de Bioquímica do Parasitismo Vegetal e Microbiologia Ambiental (LBPVMA), no Instituto de Química e Biotecnologia (IQB), o que é inédito para alunos ingressantes na Universidade.

Quatro desses alunos, provenientes do Centro Federal de Ensino Técnico (CEFET), apresentaram excelente desempenho nas disciplinas cursadas e, pela pontuação obtida no vestibular, teriam ingressado na mesma independentemente das cotas. Os dois outros estudantes, ambos cursando licenciaturas, são provenientes do ensino público estadual e, apesar de muito esforçados e dedicados, apresentaram algumas dificuldades em seu primeiro ano de curso, tendo sido imprescindível a presença de um orientador e a interação desses alunos com técnicos e outros estudantes de diferentes períodos e cursos no laboratório, capazes de lhes esclarecerem dúvidas quanto às disciplinas que cursavam, além dos conceitos técnicos de seu trabalho. Tal convivência, por outro lado, foi também positiva para esses colegas de laboratório, que passaram a discutir com os alunos do programa AFROATITUDE o conhecimento que eles estavam adquirindo nas oficinas sobre vulnerabilidade às DST/AIDS, cidadania e questões relativas ao racismo e à negritude. Curiosamente, apesar da maioria deles também ser afrodescendente, percebeu-se que poucos tinham a consciência desse fato.

Portanto, diferentemente do que ocorre nas Universidades na região Sul e Sudeste do Brasil, a imensa maioria dos estudantes da UFAL é composta por negros, pardos, brancos com alguma raiz africana, mas que não se reconhecem assim, provavelmente por imposição de séculos de privilégios de uma minoria colonizadora que pouco diversificou a economia e educação local, oferecendo-lhes como referencial de sucesso e de oportunidades, de acesso à educação e todas as suas vantagens, o fenótipo branco. Foi uma surpresa descobrir que uma estudante de Mestrado, filha de pais mulatos oriundos de Porto Calvo/AL, terra também de quilombos, parda, com cabelos crespos e alisados artificialmente, com 30 anos de idade, chocou-se quando o estudante do programa AFROATITUDE dirigiu-se a ela como “irmã de raça”. Alegou que “não era racista, mas precisava esclarecer que ambos não pertenciam à mesma raça, já que ela era branca”. Além das características já mencionadas, surpreendeu o fato de que a estudante em questão é Bióloga, e que todos os seus seis irmãos também são mulatos e apresentam todas as características da raça negra. Foi necessário levantar o tema e discuti-lo em grupo muitas outras vezes, com leitura de artigos sobre discriminação e filosofia, para que ela finalmente concebesse a idéia de que era negra de fato e não havia nada de errado nisso. Portanto, a interação com estudantes cotistas do programa levou

uma pessoa que também pertence à área de Educação a reconhecer-se como é após 30 anos de existência, a despeito da formação que já lhe fora acessível e do mercado de trabalho onde vai atuar. Percebeu-se a importância de debater cada vez mais esse assunto, inclusive em um Estado e Universidade eminentemente negros, pois até aqueles que se graduam para atuar no ensino fundamental e médio, nem sempre reconhecem sua raça.

Após os sete meses de treinamento laboratorial, três dos estudantes de Engenharia, foram convidados a ingressar em outros projetos de Engenharia Civil face ao seu ótimo desempenho nas disciplinas das ciências “duras”, optando por outros tipos de auxílios e liberando suas bolsas para outros estudantes que vieram a ingressar em outros sub-projetos do Programa AFROATITUDE. Os demais alunos participaram ativamente do diagnóstico inicial das condições sócio-econômicas e de saneamento básico da comunidade quilombola de SLN (AL), visando o posterior tratamento de suas águas de abastecimento e efluentes.

Para tanto, visando à apresentação do subprojeto para que a abordagem à comunidade pudesse transcorrer com eficiência e tranquilidade, efetuou-se um contato com a Secretaria da Saúde daquele município. Através desse órgão, tomou-se conhecimento de que o presidente da Associação Estadual dos Quilombolas de Alagoas, Sr. José Petrucio dos Santos, residia naquela comunidade e que um encontro com ele seria imprescindível para iniciar-se o trabalho. Viabilizou-se, então, a reunião com tal representante, tendo sido essa excepcionalmente importante para todos os envolvidos no projeto. Alguns paradigmas antigos foram abolidos e, juntamente com os estudantes, foi possível verificar que aquela comunidade, assim como as de todos os demais quilombos, não almeja assistencialismo nem projetos vultosos, mas ações de emprego e renda que possam garantir-lhes a sobrevivência, utilizando de forma digna os potenciais que possuem. Por isso, organizaram-se e criaram sua associação, tornando possível, por exemplo, a apresentação de suas propostas de alto impacto e baixíssimo custo junto ao Banco Mundial. Aprovando propostas com um orçamento menor de R\$ 20.000,00, ofereceram cursos de cabeleireiros e manicures e construíram banheiros com fossas assépticas em comunidades de diferentes municípios, e uma cozinha coletiva numa área cedida por um dos próprios moradores do quilombo de SLN, para atender a legislação de práticas de higiene para comercialização de produtos alimentícios das doceiras locais (ou boleiras, como são conhecidas).

O trabalho das “boleiras” e das “dispinicadeiras” de sururu (*Mytella falcata*), por exemplo, representa uma tradição de 500 anos em SLN, e pode gerar sustentabilidade se melhor apoiado. O trabalho social desenvolvido com suporte da Secretaria Estadual de Defesa e Proteção de Minorias, do Instituto Estadual de Pesquisas Étnicas, e da Fundação Cultural Palmares (federal), além do SEBRAE, do SESC e do SENAC, foi o de organizar a produção e comercialização da culinária típica, mas a verba para a construção da cozinha, portanto, partiu do projeto simples e de baixo custo do presidente da associação dos quilombos junto ao Banco Mundial. Outra percepção importante que ele apresentou aos alunos do AFROATITUDE foi a necessidade de não se deixar os

adolescentes do quilombo - que é muito próximo de Maceió, da capital de Alagoas - em ociosidade, visto que traficantes de narcóticos buscam localidades próximas como as do município para se instalarem. Daí sua apreensão em conseguir que professores de Educação Física se disponham, como voluntários ou a um preço simbólico, a praticarem algum esporte com a juventude local pelo menos uma tarde por semana, o que despertou os estudantes do projeto a se disponibilizarem para apresentar palestras quinzenais nas áreas de Meio Ambiente, Saneamento, Efeitos das Drogas, Prevenção das DST/AIDS e Racismo.

Portanto, além dessa percepção inicial, os estudantes puderam conhecer melhor os instrumentos locais que permitem aos quilombolas manterem a história de seus antepassados, visto que o presidente da Associação dos Quilombos de Alagoas também lhes fez um breve apanhado de suas origens, e lembrou-os da importância de aprender com o passado. Um dos estudantes, morador de um povoado de pescadores e cortadores de cana em Marechal Deodoro/AL, mostrou-se sensivelmente feliz com a reunião, afirmando que lhe parecera aprender mais sobre si mesmo naquela tarde do que o fizera em seus 22 anos de vida. Os outros dois estudantes, ambos também provenientes de famílias modestas, mas de áreas urbanas de Maceió, também confidenciaram que, embora muitas vezes, tivessem vivenciado situações de racismo, inclusive por familiares de origem branca, nunca antes daquela reunião tinham sentido necessidade de assumir sua negritude e as questões relativas à raça negra. Conseqüentemente, o sub-projeto de pesquisa/extensão em pauta, promoveu nesses estudantes transformações importantes e muito antes do esperado, como previa o Programa AFROATITUDE.

Assim, conforme descreve DEMO (2001), o trabalho profissional pode se tornar um instrumento de realização social e pessoal, um componente essencial de qualquer projeto de cidadania.

O Diagnóstico Sócio-Econômico e de Saneamento Básico da Comunidade Quilombola de Santa Luzia do Norte, AL

A apropriação dos espaços por quilombolas do município de SLN (AL) é ditada pelas oportunidades econômicas e de subsistência, O desafio dessa comunidade é a produção estável em bases sustentáveis, o que exige águas com concentrações de substâncias e microrganismos não prejudiciais à saúde humana, e práticas de gestão adequadas, gerando um ambiente sadio, eficiência econômica e repartição justa dos benefícios.

Este trabalho está sendo realizado em duas etapas – na primeira, efetuou-se o diagnóstico da situação econômico-social e de saneamento básico do quilombo do município de SLN, indispensável para a segunda etapa, isto é, a proposição do tratamento de águas. O representante das comunidades quilombolas de Alagoas, também pertencente ao quilombo de SLN, esclareceu os residentes dessa comunidade sobre o propósito dos estudantes do programa AFROATITUDE, visando à melhor abordagem, recepção e obtenção de informações. Para tanto, um questionário com 25 perguntas foi

elaborado e aplicado a cem famílias desse quilombo, envolvendo informações sobre origem, idade, número de moradores, grau de instrução, condições de subsistência, de saúde, higiene, saneamento e perspectivas de permanência de cada família na comunidade. Em seguida, computou-se a percentagem de cada informação solicitada para análise dos dados. Em laboratório, efetuou-se um treinamento em técnicas de análises físico-químicas e microbiológicas de águas de abastecimento e de esgotos, para conhecer o potencial de auto-purificação da Lagoa Mundaú e o impacto dos materiais e microrganismos presentes nos efluentes nela lançados, direta ou indiretamente (irrigação de solos), projetando-se, a partir disso, planos de melhoramento dos sistemas de tratamento dos resíduos sólidos e líquidos na região desse quilombo.

Das cem famílias entrevistadas no quilombo de SLN, 90% delas são miscigenadas, provavelmente devido ao caráter migratório temporário das atividades agrícolas, especialmente no setor sucro-alcooleiro de Alagoas. A maioria (78%) dos residentes atuais, em idade ativa, não é de remanescentes quilombolas, e 60% das pessoas da comunidade são crianças menores de 14 anos de idade. As moradias são particulares, de alvenaria, em geral com 3 cômodos, eletricidade, água proveniente de poço artesiano central, muito próximo das residências e pouco profundo (30m) e fossa no banheiro e cozinha.

A média de moradores por casa é de 9 pessoas, sendo que 49% das famílias apresentam residentes com algum tipo de instrução, e destes, 80% possui o ensino fundamental incompleto, 18% está matriculada no mesmo e 2% está matriculada no ensino médio. O quilombo conta com coleta de lixo e posto de saúde. Todas as famílias entrevistadas possuem pelo menos um fumante em casa, e cerca de 40% delas possuem um representante alcoólatra. Embora entre as doenças mais comumente citadas encontrem-se viroses (82% na comunidade em geral e 92% entre os remanescentes), a maioria dos moradores diz tratar-se de moléstias, em geral, com plantas medicinais (56%), principalmente em caso de doenças respiratórias e intestinais, e apenas idosos citaram a necessidade de remédios controlados (76%), adquiridos quando há fornecimento pelo posto de saúde.

Constatou-se que as famílias quilombolas de SLN, as quais vivem ao longo da margem sudoeste da Lagoa Mundaú, dependem da biodiversidade oferecida por aquele ecossistema, e que a reprodução da vida que se transforma em alimento e renda para os mesmos vem decaindo face ao assoreamento e aos agentes degradadores lançados na mesma, como esgotos domésticos e efluentes agroindustriais. Isso, por si só, justifica a realização de estudos, pesquisas e ações sistemáticas de educação ambiental que venham a fornecer subsídios para o planejamento e desenvolvimento de mecanismos de gestão capazes de garantir a manutenção de padrões adequados de qualidade ambiental e possibilitar o uso múltiplo dos recursos hídricos (ANA, 2007).

Em novembro de 2003, a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) assinou termo de cooperação técnica com a Fundação Cultural Palmares (FCP), para promover obras de saneamento básico nas comunidades quilombolas, mas essas obras dependiam não

apenas do reconhecimento oficial das comunidades, como também da orientação fornecida às prefeituras para a formalização das solicitações dentro dos prazos previstos, o que nem sempre ocorreu.

O sururu é um dos poucos produtos que ainda se reproduz e sobrevive em alta quantidade na Lagoa Mundaú. Assim, a qualquer hora do dia pode-se observar nas portas das casas do quilombo de SLN o trabalho em grupo das dispinicadeiras, isto é, das mulheres que removem os resíduos de lodo e restos vegetais presos ao sururu ainda na concha. Sob fogo artesanal, ainda na porta de suas casas, as dispinicadeiras levam o molusco à fervura, para que se soltem das conchas e possam ser comercializados ou consumidos. Algumas vezes esse produto é vendido em feiras de Maceió, Arapiraca ou Satuba, mas como há abundância do mesmo nas cidades do entorno do complexo lagunar Mundaú-Manguaba, em geral este é mais utilizado para consumo dos quilombolas, visto representar muitas vezes a única fonte de alimento das famílias repletas de crianças e desempregados.

Cerca de 60% das pessoas abordadas estão desempregadas. Há uma indústria de fertilizantes que emprega alguns moradores e uma cooperativa de flores sendo implantada, mas a maioria dos homens que trabalha tem um emprego sazonal no corte de cana-de-açúcar em outras cidades. A porcentagem de famílias que possuem algum benefício federal para manter-se é de 28% (22% entre os remanescentes), sendo este geralmente proveniente do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL. A renda média por família é de cerca de um salário mínimo, geralmente proveniente dos beneficiários do FUNRURAL ou, como já foi mencionado, da comercialização de doces, bolos e sururu. Às quintas-feiras, as “boleiras” começam a cozinhar, em grupos, os bolos típicos (mandioca, milho, etc.) que seus esposos e filhos irão vender aos sábados e domingos nas feiras e rodoviárias de outras cidades, partindo sempre de madrugada.

O número de indivíduos que desejam permanecer no quilombo de SLN a despeito das condições de vida é superior [quilombolas (68%) ou não (58%)] ao dos que se deslocariam para outras localidades caso tivessem essa oportunidade, embora todos critiquem a falta de oportunidade de empregos, especialmente face à sua baixa qualificação diante das ofertas de mercados como os de Maceió.

Esse diagnóstico inicial foi importante para se detectar não só os “gargalos” envolvendo a disponibilidade de água de consumo e de saneamento básico para a execução das análises laboratoriais e formulação de propostas de tratamento racional dessas águas, mas também para implantar-se um esquema de palestras quinzenais sobre tais questões, na escola pública local. Tais etapas foram recentemente iniciadas.

Conclusões

Ao final do primeiro ano de trabalho, três dos seis estudantes que iniciaram sua participação no subprojeto do programa BRASIL AFROATITUDE, em face de seu ótimo

desempenho acadêmico, foram convidados e aceitaram participar de outros projetos mais específicos da área de Engenharia Civil, recebendo outros tipos de bolsa.

Embora o Estado de Alagoas tenha uma alta representatividade de negros (pretos e pardos) em sua população, inclusive dentro da Universidade, a maioria destes parece não ter consciência disso, tendo sido altamente promissor o convívio dos estudantes cotistas com os demais nos laboratórios, face à oportunidade que estes haviam tido de participar de oficinas sobre os temas transversais envolvendo a discriminação, a vulnerabilidade às DST/AIDS, o racismo, a negritude, e a igualdade de oportunidades, permitindo-lhes trocar idéias com seus colegas. Por outro lado, a interação também permitiu aos estudantes cotistas com dificuldades acadêmicas reduzirem esse hiato entre a baixa qualidade do ensino médio público estadual e os conhecimentos recém-adquiridos na graduação, visto a possibilidade de esclarecerem dúvidas sempre que possível. Além disso, a experiência única de iniciar um trabalho de pesquisa e extensão em equipe, numa comunidade que remete aos antepassados desses estudantes e à história do Brasil, permite concluir que uma nova maneira de formação superior pode estar acessível àqueles até então excluídos das Universidades, e que esse programa deve, de alguma forma, ser mantido como um intermediador da evolução universitária capaz de gerar profissionais conscientes de que têm e devem agarrar oportunidades, conscientes da importância do trabalho em grupo e de cada disciplina para o exercício de suas tarefas, com mais confiança, responsabilidade social e criatividade, mais crítico e imparcial, e com potencial transformador.

No tocante ao diagnóstico inicial da situação sócio-econômica e de saneamento da comunidade quilombola de SLN (AL), foi possível concluir que a ocupação da terra pelo grupo é feita através do uso comum com respeito à sazonalidade das atividades de pesca de sururu, artesanais, culinárias, agrícolas, e dos laços de parentesco e vizinhança assentados em solidariedade, reciprocidade e adaptabilidade ao meio circundante e às formas de apropriação dos espaços. A comunidade, no entanto, apresenta necessidades como o acesso à água potável, esgotos e menor interferência na poluição da Lagoa Mundaú pelas indústrias e populações marginais a ela. Das cem famílias entrevistadas, 90% são miscigenadas, provavelmente devido ao caráter migratório temporário das atividades agrícolas. As moradias são particulares, de alvenaria, em geral com eletricidade, água proveniente de poço artesiano central e fossa no banheiro e cozinha. Cerca da metade dos residentes são alfabetizados, sendo que 80% deles não completaram o ensino fundamental. O quilombo conta com coleta de lixo e posto de saúde e a renda média familiar é de cerca de um salário mínimo, geralmente proveniente de membros beneficiários do FUNRURAL, visto que a maioria dos adultos está desempregada. Os moradores dizem tratar de suas doenças, especialmente aquelas de origem respiratória e intestinal, ou injúrias, com plantas medicinais. O número de entrevistados que gostariam de migrar para outras localidades, caso tivessem oportunidade, é inferior ao daqueles que permaneceriam no local, revelando que ainda que o número de famílias remanescentes seja menor, o espírito de solidariedade das mesmas prevalece entre os que se agregaram.

NOTAS DE RODAPÉ

* Professora do Instituto de Química e Biotecnologia, Lab. Bioq. Parasit. Veg. e Microbiol. Ambiental da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integraram a presente pesquisa os alunos bolsistas do Projeto AfroAtitude: Elaine Cristina L. dos Santos, Fabio Almeida Muniz, Pedro Adriano Vieira Santos, F. Perovano, K.F.S. da Silva e D.S.T. Pereira. Correspondências devem ser enviadas para: amql@qui.ufal.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA (Agência Nacional Águas). “Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú/Manguaba (CELMM)”. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/celmm/apresentacao.asp>, acessado em 25 de fevereiro de 2007.

BRUCK, K. **A iniciativa de implantação do Programa Brasil Afroatitude: contexto de surgimento.** Coleção DST-AIDS. Série Anais, Seminários e Congressos. Brasil Afroatitude: Primeiro ano do Programa. Brasília-DF, pp. 11-16, 2006.

CDF (Câmara dos Deputados Federais). “Tramitação das Proposições do PL 3627/2004”. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/PropDetalhe.asp?id=254614>, acessado em 25 de fevereiro de 2007.

DEMO, P. **Participação é Conquista.** São Paulo: Ed. Cortez, 5ª ed., 2001.

RISTOFF, D. **Arquitetura e Odontologia são os cursos superiores com menor participação de alunos negros.** Brasília: Informativo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), ano 4, nº 132, 2006.

SANTOS, I.A.A. dos. **Afroatitude e Direitos Humanos.** Coleção DST-AIDS, Série Anais, Seminários e Congressos. Brasil Afroatitude: Primeiro ano do Programa. pp. 17-23, 2006.

SILVA, P. B. G. “Negros na Universidade e Produção do Conhecimento” *In*: SILVA, P. B. G. & SILVÉRIO, V. R. (org.). **Educação e ações afirmativas: entre a Injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), 2003.

VALENTE, J. “Cotas na Universidade - Ministros, acadêmicos e entidades defendem aceleração da proposta”. Agência Carta Maior, 27/04/2006. Disponível em: http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10721, acessado em 25 de fevereiro de 2007.